

The logo consists of the letters 'AG' in a bold, white, sans-serif font, set against a dark blue square background.

ANDRADE
GUTIERREZ

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2019

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes;

Quadro 1 - Balanço patrimonial;

Quadro 2 - Demonstração dos resultados;

Quadro 2.1 - Demonstração dos resultados abrangentes;

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido;

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa;

Quadro 5 – Demonstração do valor adicionado;

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Conselheiros e Diretores da
Andrade Gutierrez Participações S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Andrade Gutierrez Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Andrade Gutierrez Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a investida direta da Companhia CCR S.A. e determinadas empresas do Grupo CCR, celebraram Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo e Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Paraná ("Instrumentos"). Os efeitos relevantes desses instrumentos foram refletidos nas demonstrações financeiras da investida. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A CCR não pôde apresentar aos seus auditores a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido a necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2019 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Processo de investigação em investidas indiretas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8, que descreve que a investida indireta Madeira Energia S.A. e a investida indireta Santo Antônio Energia S.A. estão sob investigação e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público, em função de suposto envolvimento de empresas que prestavam serviços à esta investida com alegações de possíveis atividades ilegais, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”). A administração da investida contratou escritório jurídico independente que emitiu seu relatório, apresentado à Comissão e ao Conselho de Administração, em que se conclui que não há evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações ainda não concluídas, de acordos de leniência e ou de termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2020.

**MOORE STEPHENS CONSULTING NEWS
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC- MG 6.494/O-4**



Adelmo de Oliveira
Contador CRC – MG 46.235/O-0



Alexandre C Freitas
Contador CRC – MG 60.762/O-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado			Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
ATIVO						PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.021	51.090	4.036	51.119	Empréstimos bancários e debêntures	10	38.999	157.619	38.999	157.619
Títulos e valores mobiliários	6	32.778	31.375	32.778	31.375	Financiamentos com arrendamentos	9	1.349	-	1.349	-
Contas a receber de clientes		11.670	11.638	11.670	11.638	Fornecedores		6.361	5.765	6.361	5.765
Adiantamentos		1.082	1.119	1.082	1.119	Débitos com partes relacionadas	11	-	608	-	608
Impostos e contribuições a recuperar	7	6.140	5.097	6.169	5.958	Salários e obrigações sociais		4.822	12.340	4.822	12.340
Crédito com partes relacionadas	11	633	-	633	-	Impostos e contribuições a recolher		1.464	3.015	1.468	3.015
Demais ativos		322	3.433	322	3.432	Demais obrigações		12.244	13.318	12.244	13.318
Total do ativo circulante		56.646	103.752	56.690	104.641	Total do passivo circulante		65.239	192.665	65.243	192.665
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Ativo realizável a longo prazo:						Empréstimos bancários e debêntures	10	2.151.552	1.991.767	2.151.552	1.991.767
Títulos e valores mobiliários	6	-	89.934	-	89.934	Financiamentos com arrendamentos	9	112	-	112	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	10.429	-	10.429	Débitos com partes relacionadas	11	41	67	41	67
Crédito com partes relacionadas	11	225.369	62.932	225.369	62.932	Provisões para perdas e riscos	12	81.500	-	81.500	-
Total realizável a longo prazo		225.369	163.295	225.369	163.295	Total do passivo não circulante		2.233.205	1.991.834	2.233.205	1.991.834
Investimentos	8	1.591.912	1.615.077	1.591.872	1.614.188	Total do passivo		2.298.444	2.184.499	2.298.448	2.184.499
Imobilizado		38	60	38	60	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível		30.936	30.936	30.936	30.936	Capital social	13	2.377	2.377	2.377	2.377
Direitos de uso de arrendamentos	9	1.404	-	1.404	-	Reserva legal		-	4.011	-	4.011
Total do ativo não circulante		1.849.659	1.809.368	1.849.619	1.808.479	Ajustes de avaliação patrimonial		(163.722)	(161.571)	(163.722)	(161.571)
						Ações em tesouraria		(85)	-	(85)	-
						Prejuízos acumulados		(230.709)	(116.196)	(230.709)	(116.196)
						Total do patrimônio líquido		(392.139)	(271.379)	(392.139)	(271.379)
TOTAL DO ATIVO		1.906.305	1.913.120	1.906.309	1.913.120	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.906.305	1.913.120	1.906.309	1.913.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	14	138.555	11.311	138.555	127.894
Custos dos serviços prestados	15	(52.732)	(4.614)	(52.732)	(59.566)
LUCRO BRUTO		85.823	6.697	85.823	68.328
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	15	(34.795)	(12.044)	(34.850)	(63.938)
Resultado de equivalência patrimonial	8	193.462	44.199	193.461	9.053
Provisões para perdas e risco	12	(81.534)	-	(81.534)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	16	(90.358)	(120)	(90.356)	268
		(13.225)	32.035	(13.279)	(54.617)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS		72.598	38.732	72.544	13.711
RESULTADO FINANCEIRO	17				
Receitas financeiras		14.376	14.251	14.431	16.263
Despesas financeiras		(206.015)	(169.711)	(206.016)	(208.161)
Despesas financeiras líquidas		(191.639)	(155.460)	(191.585)	(191.898)
RESULTADO ANTES DAS TRIBUTAÇÕES		(119.041)	(116.728)	(119.041)	(178.187)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente		-	-	-	(680)
		-	-	-	(680)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(119.041)	(116.728)	(119.041)	(178.867)
Acionistas não controladores		-	-	-	(62.139)
Acionistas controladores		(119.041)	(116.728)	(119.041)	(116.728)
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO (R\$)	18				
por ação ordinária		(0,0864)	(0,0847)	(0,0864)	(0,0847)
por ação preferencial		(0,0950)	(0,0931)	(0,0950)	(0,0931)
RESULTADO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	18				
por ação ordinária		(0,0751)	(0,0716)	(0,0751)	(0,0716)
por ação preferencial		(0,0662)	(0,0616)	(0,0662)	(0,0616)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido do período		(119.041)	(116.728)	(119.041)	(178.867)
Valores que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício quando condições específicas forem atendidas:					
Ajustes de avaliação patrimonial, reflexos	8	(1.379)	30.876	(1.379)	30.876
Alteração de participação em investida (SAAG)	8	(772)	1.355	(772)	1.355
		(2.151)	32.231	(2.151)	32.231
Resultado abrangente total do período		(121.192)	(84.497)	(121.192)	(146.636)
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas não controladores		-	-	-	(62.139)
Acionistas controladores		(121.192)	(84.497)	(121.192)	(84.497)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Participação de acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		2.377	137.453	(193.802)	-	(133.442)	(187.414)	388.702	201.288
<i>Transação de capital</i>									
Absorção de prejuízo		-	(133.442)	-	-	133.974	-	-	-
Apropriação do lucro não realizado		-	-	-	-	-	532	-	532
Desconsolidação SAAG	8	-	-	-	-	-	-	(326.563)	(326.563)
<i>Resultados abrangentes</i>									
Resultado do exercício		-	-	-	-	(116.728)	(116.728)	(62.139)	(178.867)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	8	-	-	30.876	-	-	30.876	-	30.876
Variação de participação na SAAG	8	-	-	1.355	-	-	1.355	-	1.355
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		2.377	4.011	(161.571)	-	(116.196)	(271.379)	-	(271.379)
<i>Transação de capital</i>									
Absorção de prejuízo		-	(4.011)	-	-	4.011	-	-	-
Apropriação do lucro não realizado	8	-	-	-	-	517	517	-	517
Ações em tesouraria adquiridas	13	-	-	-	(85)	-	(85)	-	(85)
<i>Resultados abrangentes</i>									
Resultado do exercício		-	-	-	-	(119.041)	(119.041)	-	(119.041)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	8	-	-	(1.379)	-	-	(1.379)	-	(1.379)
Variação de participação na SAAG	8	-	-	(772)	-	-	(772)	-	(772)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		2.377	-	(163.722)	(85)	(230.709)	(392.139)	-	(392.139)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado do período		(119.041)	(116.728)	(119.041)	(178.867)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Juros e variações monetárias, líquidas		160.972	166.871	160.972	184.102
Juros e variações monetárias, consórcios		-	-	-	22.739
Depreciação e amortização	9,15	1.314	-	1.314	955
Equivalência patrimonial	8	(193.462)	(44.199)	(193.461)	(9.053)
Resultado na venda das debêntures da LIQ	6	88.159	-	88.159	-
Receitas / despesas provenientes de consórcio		(52.710)	(3.946)	(52.710)	(61.738)
Provisões PRT		-	-	-	680
Constituição de provisão para perdas e riscos	12	81.534	-	81.534	-
Custo na emissão de debêntures	10	6.402	4.616	6.402	5.836
Outros		-	-	-	(54)
		<u>(26.832)</u>	<u>6.614</u>	<u>(26.831)</u>	<u>(35.400)</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		(32)	-	(32)	(2.749)
Tributos a recuperar		9.386	14.239	9.386	20.347
Fornecedores		596	978	596	1.141
Salários, encargos e benefícios		(7.518)	-	(7.518)	7.641
Tributos a recolher e diferidos		(1.551)	(201)	(1.551)	(5.458)
Incorporação AG Concessões		-	37.938	-	-
Demais ativos e passivos		<u>(2.085)</u>	<u>538</u>	<u>(2.100)</u>	<u>(186)</u>
		(1.204)	53.492	(1.219)	20.736
Encargos financeiros pagos	10	(159.484)	(212.777)	(159.484)	(239.902)
Encargos financeiros pagos sobre arrendamentos		(70)	124.385	(70)	179.861
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controladas	8	230.064	-	230.064	-
Remessa de recursos de consórcio		<u>56.827</u>	<u>-</u>	<u>56.827</u>	<u>33.542</u>
		<u>127.337</u>	<u>(88.392)</u>	<u>127.337</u>	<u>(26.499)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de operacionais		<u>99.301</u>	<u>(28.286)</u>	<u>99.287</u>	<u>(41.163)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aplicações financeiras		1.878	(90.920)	1.878	(90.920)
Aumento de capital em investidas	8	(12.348)	(18.263)	(12.348)	(18.263)
Partes relacionadas		<u>(176.442)</u>	<u>(7.823)</u>	<u>(176.442)</u>	<u>(21.566)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(186.912)</u>	<u>(117.006)</u>	<u>(186.912)</u>	<u>(130.749)</u>
FLUXO DE CAIXA GERADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Pagamento de empréstimos bancários	10	(335.487)	(25.194)	(335.487)	(25.194)
Captação de empréstimos		375.000	-	375.000	-
Pagamento de arrendamentos		(1.221)	-	(1.221)	-
Aumento (redução) de capital da Companhia		-	(95.816)	-	(95.816)
Venda das debêntures da LIQ		<u>2.250</u>	<u>-</u>	<u>2.250</u>	<u>-</u>
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamentos		<u>40.542</u>	<u>(121.010)</u>	<u>40.542</u>	<u>(121.010)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(47.069)</u>	<u>(266.302)</u>	<u>(47.083)</u>	<u>(292.922)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	51.090	317.392	51.119	344.041
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	4.021	51.090	4.036	51.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas				
Vendas mercadorias, produtos e serviços	150.557	12.206	150.557	138.127
	<u>150.557</u>	<u>12.206</u>	<u>150.557</u>	<u>138.127</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos prod., merc. e serv. vendidos	(52.732)	(4.614)	(52.732)	(59.566)
Materiais - energia - serv. terceiros - outros	(8.557)	(9.909)	(8.611)	(46.170)
Outros	(81.534)	-	(81.534)	-
	<u>(142.823)</u>	<u>(14.523)</u>	<u>(142.877)</u>	<u>(105.736)</u>
Valor adicionado bruto	<u>7.734</u>	<u>(2.317)</u>	<u>7.680</u>	<u>32.391</u>
Retenções				
Depreciação, amortização	(1.314)	-	(1.314)	(868)
	<u>(1.314)</u>	<u>-</u>	<u>(1.314)</u>	<u>(868)</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>6.420</u>	<u>(2.317)</u>	<u>6.366</u>	<u>31.523</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	193.462	44.199	193.461	9.053
Receitas financeiras	14.376	14.251	14.431	16.263
Venda de instrumentos financeiros	(90.409)	-	(90.409)	-
Alteração em participação societária	(772)	-	(772)	1.355
	<u>116.657</u>	<u>58.450</u>	<u>116.711</u>	<u>26.671</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>123.077</u>	<u>56.133</u>	<u>123.077</u>	<u>58.194</u>
Pessoal				
Remuneração direta, benefícios e encargos	21.514	-	21.514	14.837
Impostos, taxas e contribuições				
Federais, estaduais e municipais	14.589	3.150	14.589	14.063
Juros, aluguéis e outros				
Remuneração de capitais de terceiros	206.015	169.711	206.015	208.161
Remuneração de capitais próprios				
Resultados retidos do exercício	(119.041)	(116.728)	(119.041)	(116.728)
Participação de não controladores nos resultados retidos	-	-	-	(62.139)
	<u>(119.041)</u>	<u>(116.728)</u>	<u>(119.041)</u>	<u>(178.867)</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>123.077</u>	<u>56.133</u>	<u>123.077</u>	<u>58.194</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Andrade Gutierrez Participações S.A. (“Companhia” ou “AGPAR”), sediada na Avenida do Contorno, nº 8.123 em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma holding que tem como principal objetivo a participação no capital de empresas que atuam na concessão de serviços públicos. À Companhia cabe o papel de definir estratégias e monitorar resultados. Em 31 de dezembro de 2019, as áreas de investimento da Companhia, independentes entre si e cada qual responsável pela condução de seus respectivos interesses, foram estruturadas em três segmentos: Concessões, Madeira Energia e Outros, conforme será detalhado nesta nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$392.139 e prejuízo corrente de R\$119.041. O patrimônio líquido negativo se deve, especialmente, pelas operações de redução de capital da Companhia e ajuste a valor de mercado de ações, em investidas da Companhia, ocorridas no exercício de 2017, além da reversão de resultado abrangente, em função da redução de participação em companhias investidas.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade operacional para oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios aos demais *stakeholders* da Companhia, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, sujeito à aprovação do quadro de acionistas, rever a política de pagamento de dividendos e devolução do capital aos seus investidores até que a estrutura de capital da Companhia seja ajustada. A administração, além de contar com o suporte da sua controladora Andrade Gutierrez S.A. espera que a geração de resultados das companhias investidas gere dividendos suficientes para auxiliar no pagamento das dívidas que estão a vencer em 360 dias.

1.1 Segmento Concessões

O segmento Concessões é representado pelos investimentos na CCR S.A. (“CCR”), Companhia Operadora de Rodovias (“COR”), AGC Energia S.A. (“AGC Energia”) e Dominó Holdings Ltda. (“Dominó”).

A estratégia atual prioriza a atuação nas concessões de rodovias, transporte urbano metro-ferroviário, saneamento ambiental, aeroportos, energia e terminais portuários de contêineres. As participações detidas atualmente concentram-se nos segmentos de rodovias, transporte urbano metro-ferroviário e aeroportos. Em 31 de dezembro de 2019, as participações acionárias detidas pela Companhia que representam o segmento Concessões são:

- 14,86% do capital social da CCR. S.A;
- 33,33% do capital social da Companhia Operadora de Rodovias – COR;
- 51,00% do capital social da Dominó Holdings Ltda;
- 100,00% do capital social da AGC Energia S.A..

Adicionalmente às participações acionárias acima, a Companhia possui participação direta de 32,67% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (“COPER”), que realiza a prestação de serviços de operação e manutenção da Rodovia Presidente Dutra – BR 116 / RJ-SP.

1.1.1 Controlada em conjunto CCR

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura, essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite que atue no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A CCR é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&F Bovespa (B3 ou B3 - Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla "CCRO3".

Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 3.735,58 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, sendo que em 3.645,00 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, CCR MSVia, CCR ViaSul, Renovias e ViaRio.

Além da atuação em concessões rodoviárias, a CCR busca investir em outros negócios. Exemplo disso são as suas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador - Lauro de Freitas), ViaMobilidade (Linha 5 e 17-Lilás e Ouro do Metrô de São Paulo), Linha 15 (Linha 15-Prata do Metrô de São Paulo), Samm (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovias e da Linha 4 do Metrô de São Paulo), Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros através de veículos leves sobre trilhos), BH Airport (Aeroporto Internacional Tancredo Neves), Quiport, Aeris, CAP (operadoras dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente), Quicko (programa de fidelização de clientes) e TAS (prestadora de serviços em aeroportos dos Estados Unidos da América).

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

Participações diretas da CCR

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços. (CIIS)
- Samm - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Samm)
- Sociedade de Participação em Concessões Públicas S.A. (SPCP)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Concessionária ViaRio S.A. (ViaRio)
- Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaMobilidade) e sua subsidiária integral Five Trilhos – Administração e Participações S.A. (Five Trilhos)
- Infra SP Participações e Concessões S.A. (CCR Infra SP)
- Companhia de Investimentos e Participações (CIP)
- Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A. (Linha 15)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CCR Infra SP (Infra SP)

- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste)
- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias)
- Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CIP

- Controlar S.A. (Controlar) (em fase de liquidação)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CPC

- CCR España - Concesiones y Participaciones S.L. (CCR España)
- CCR España Emprendimientos S.L.U. (CCR España Emprendimientos)
- Alba Concessions Inc. (Alba Concessions)

- Alba Participations Inc. (Alba Participations)
- Barcas S.A. - Transportes Marítimos (CCR Barcas) e sua controlada ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda. (ATP)
- Green Airports Inc. (Green Airports), sua controlada em conjunto (controlada indireta da CPC), Inversiones Bancnat S.A. (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)
- Companhia do Metrô da Bahia (CCR Metrô Bahia)
- Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (CCR MSVia)
- Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (SPAC) e sua controlada Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport)
- Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (ViaSul)
- CIM - Companhia de Infraestrutura em Mobilidade (CCR Mobilidade)
- Lam Vias Participações e Concessões S.A. (CCR Lam Vias)
- International Airport Finance, S.A. (IAF)
- RS Holding e Participações S.A. (RS Holding)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España Emprendimientos

- Quiport Holdings S.A. (Quiport Holdings) e suas controladas, Ícaros Development Corporation S.A. (Ícaros) até 18 de agosto de 2019 e Corporación Quiport S.A. (Quiport)
- Quito Airport Management S.A. (Quiama) e sua controlada Quito Airport Management Ecuador Quiamaecuador S.A. (Quiama Ecuador)
- CCR USA Management Inc. (CCR USA) e sua controlada Total Airport Services Inc. (TAS)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España

- MTH Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH).
- Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA), sua controlada em conjunto Curaçao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP).
- CCR Costa Rica Emprendimientos (CCR Costa Rica), suas controladas em conjunto (controladas da CCR España), Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL (Aeropuertos), Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aérea General AAH SRL (Terminal) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris).
- SJO Holding Ltd., sua controlada (controladas da CCR España), CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones S.A., e suas controladas em conjunto (Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL, Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL e Terminal Aerea General AAH SRL) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A.(Aeris). Além disso, sua controlada em conjunto IBSA Bancnat (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance).

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CIIS

- Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca)
- Toronto S.A. - Desenvolvimento e Participações (Quicko)

1.1.2 Controlada em conjunto Dominó Holdings

É uma sociedade que tem como objeto social a participação em outras sociedades, cuja atividade preponderante seja o saneamento básico. Em 13 de março de 2017, a Dominó, através de redução do capital social, entregou aos seus acionistas a totalidade de ações ordinárias que detinha de Sanepar, equivalentes a 3,22% do capital social. A Administração da Companhia monitora constantemente novas oportunidades de investimento para esta investida.

1.1.3 Controlada em conjunto COR

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços relacionados com a operação de rodovias, compreendendo serviços de controle, inspeção e fiscalização de trânsito, serviços de atendimento emergencial, médico e mecânico, serviços de comunicação e informação aos usuários, serviço de arrecadação de pedágio, serviços de pesagem de veículos, serviços de manutenção de equipamentos mecânicos e eletroeletrônicos. A Administração da Companhia monitora constantemente novas oportunidades de investimento para esta investida.

1.1.4 Controlada AGC Energia

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social participar no capital social de empresas do segmento de energia. No decorrer do ano de 2017 a AGC Energia vendeu a totalidade de ações que detinha de CEMIG, equivalente a 6,70% do capital social. A Administração da Companhia monitora constantemente novas oportunidades de investimento para esta investida.

1.2 Segmento Madeira Energia

O segmento Madeira Energia é representado pela participação da Companhia em 16,58% do capital total, sendo 49,33% do capital votante, da controlada em conjunto SAAG Investimentos S.A. ("SAAG") que, por sua vez, investe diretamente na Madeira Energia S.A. ("MESA"), com 10,53% do total de suas ações (16,78% em 31 de dezembro de 2018).

1.2.1 Controlada em conjunto SAAG

A SAAG é uma sociedade por ações, de capital fechado, que tem por objetivo social a participação no capital social da Madeira Energia S.A. e é uma *holding* controlada pelo Fundo de Investimento em Participações Melbourne ("FIP Melbourne") e a Companhia. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia possui 16,58% do capital total da SAAG.

1.2.2 Coligada indireta Madeira Energia

A Madeira Energia S.A. "MESA" é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, com sede no município de São Paulo, e é a *holding* da empresa Santo Antônio Energia S.A., que tem como objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

Em 11 de abril de 2018, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 102/2016, apresentado pelo Governo do Estado de Rondônia para liberação das áreas de 03 (três) Unidades de Conservação Estaduais. Com base neste fato, o IBAMA publicou em 30/05/2018 a Autorização Especial nº 15/2018, autorizando à Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA"), controlada direta da MESA, operar o reservatório da UHE Santo Antônio seguindo a seguinte regra operativa:

- Operação na cota 71,3m, para vazões afluentes ao reservatório de até 34.000 m³/s;
- Operação na cota 70,5m, para vazões afluentes ao reservatório acima de 34.000 m³/s.

Em razão dessa nova condição operativa, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 155 de 11 de julho de 2018, restabelecendo a Garantia Física da usina em 58 MW médios, totalizando então 2.386,1 MW médios.

Em 4 de dezembro de 2019, foi publicado pelo IBAMA a Licença de Operação nº 1044/2011 – 1ª Renovação – 2ª Retificação, com validade até 17/05/2026.

Em 31 de dezembro de 2019, a UHE Santo Antônio possuía 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.386,1 MW médios de garantia física (já considerada a redução acima referida).

A energia elétrica produzida é comercializada pela controlada SAESA, na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

Em cumprimento ao edital de leilão nº 05/2007 da UHE Santo Antônio, que prevê a comercialização de 70% (1.552,6 MW médios) da energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (2.218 MW médios) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 25 e 28 de julho de 2008, foram assinados, por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, com as 32 compradoras participantes do Leilão nº 05/2007 – ANEEL.

Estruturalmente, o saldo de 30% da Garantia Física do projeto original (665,4 MW médios) foi comercializado na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs. A Energia

referente à ampliação da UHE Santo Antônio (206,2 MW médios) foi comercializada através do 19º leilão de energia A-3 realizado em 6 de junho de 2014, no qual a SAESA vendeu 129,6 MW médios de energia líquidos de perda, distribuídos em 28 CCEARs. Os 70 MW médios restantes foram comercializados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs.

Em dezembro de 2017 a SAESA realizou descontrações no ambiente regulado pela Resolução ANEEL Nº 711/16: para o ano de 2018, foram descontraçados 387,819 MW médios; para o ano de 2019, permaneceram descontraçados 151,689 MW médios; para o período de 2020 a 2041, o volume descontraçado é de 1,36 MW médios. Além disso, em junho e outubro de 2018, a SAESA descontraçou, no ambiente livre, 150 e 50 MW médios, respectivamente, totalizando um volume de 200 MW médios descontraçados. Esse volume permanecerá descontraçado nos anos de 2019 e 2020, visando à proteção do risco hidrológico.

Em janeiro de 2019 ocorreu o término das descontrações (Resolução 711) de alguns contratos do Mercado Regulado (ACRs), retomando o faturamento de alguns contratos, totalizando 236 MWh. Em setembro de 2019, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE processou a recontabilização referente à aplicação do Despacho ANEEL nº 1635/2019, que trata do ressarcimento aos geradores hidroelétricos pelo deslocamento hidráulico provocado pela Geração Termoelétrica Fora da Ordem de Mérito – GFOM, o que gerou uma redução de custo para a SAESA de R\$9.520.

Também em setembro de 2019, a CCEE processou a recontabilização referente à operacionalização do Despacho ANEEL nº 2991/2016, que trata do expurgo de parte das indisponibilidades contabilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS no período de agosto de 2014 a abril de 2019. Essa recontabilização gerou uma redução de custo referente ao FID (Fator de Disponibilidade) para a SAESA no montante de R\$53.000.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

1.3 Segmento Outros

O segmento Outros é representado pela participação detida pela Companhia de 50% no capital social da SPE Holding Beira Rio S.A. (“BRIO”). A BRIO é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Borges de Medeiros, nº 2.500, sala 1212, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o restante do capital social da BRIO é detido pelo Fundo de Investimentos em Participações Beira Rio (“FIP BTG”), fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado pertencente ao Grupo BTG Pactual.

O objeto social da BRIO é a renovação, reforma e modernização do Complexo Beira-Rio, situado na Av. Padre Cacique nº 891, em Porto Alegre/RS, por si ou por terceiros. Compreende a exploração comercial de cadeiras, camarotes e afins que compõe o Estádio Beira-Rio, além da exploração, incorporação e intermediação imobiliária no prazo de 20 anos. Ao final da concessão a BRIO entregará os bens adquiridos ou construídos para o Sport Club Internacional (“SCI”), não cabendo à ela qualquer indenização, direito de retenção ou compensação pela realização das obras e serviços.

Em 19 de março de 2012, a BRIO assinou com o SCI um contrato de “Construção, Renovação e Operação do Complexo Beira-Rio”. A FIFA escolheu o Estádio Beira-Rio para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Para tanto, o estádio precisou ser adequado aos padrões internacionais exigidos pela entidade. Diante dos investimentos requeridos para a modernização, o SCI assinou o referido contrato com a SPE, que aporta recursos financeiros em contrapartida ao direito de explorar áreas do complexo.

Em 18 de outubro de 2013 foi deliberada pelo Conselho de Administração da SPE, a constituição de sociedade por ações a ser denominada HBR Gestão e Administração Imobiliária S.A., que será responsável, em conjunto com a SPE ou isoladamente, pela operação das seguintes atividades vinculadas ao Complexo Beira-Rio: (i) de Catering (alimentação e bebidas) nos bares e restaurantes atualmente existentes e/ou a serem criados no Estádio Beira-Rio; (ii) das áreas de lojas do Complexo Beira-Rio; e (iii) do edifício garagem.

1.4 Resumo das relações de controle sobre investidas

Um resumo das relações de controle e percentuais de participação da Companhia sobre suas investidas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, pode ser assim demonstrado:

Investida	31/12/2019		31/12/2018	
	%	Relação de controle	%	Relação de controle
Segmento Concessões				
CCR (a)	14,86	Controlada em conjunto	14,86	Controlada em conjunto
COR (a)	33,33	Controlada em conjunto	33,33	Controlada em conjunto
Dominó (a)	51,00	Controlada em conjunto	51,00	Controlada em conjunto
AGC Energia (a)	100,00	Controlada	100,00	Controlada
Segmento Madeira Energia				
SAAG (b)	16,58	Controlada em conjunto	16,78	Controlada em conjunto
Segmento Outros				
BRIO	50,00	Controlada em conjunto	50,00	Controlada em conjunto

- (a) As controladas e controladas em conjunto indiretas, passaram a ser investidas diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2018, em função da operação de incorporação da então controlada Andrade Gutierrez Concessões S/A;
- (b) A Companhia deixou de consolidar as posições patrimoniais e de resultado da investida SAAG a partir do 4º trimestre de 2018. Neste sentido, a movimentação do investimento consolidado para o exercício de 2019, reflete o reconhecimento da SAAG como uma investida controlada em conjunto. O saldo consolidado da participação acionária na investida indireta Madeira Energia, passou a integrar o saldo reconhecido na investida direta SAAG Investimentos S.A., uma vez que esta é a investidora direta de MESA.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo,

exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares).

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Companhia e de suas investidas façam julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

2.4.1. Provisão para contingências

A Companhia faz uso de estimativas para definir se, quando e por qual valor uma eventual provisão para contingência deve ser reconhecida em seu balanço patrimonial. Estas estimativas baseiam-se, especialmente, na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e a conclusão sobre o reconhecimento e valor das provisões para contingência podem envolver certo grau de julgamento. Quando aplicável, o valor da provisão a ser reconhecido reflete a melhor estimativa dos profissionais capacitados para avaliar, de acordo com a natureza de cada passivo a ser provisionado, o esforço financeiro requerido para liquidar uma obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas a tais passivos.

2.4.2. Provisões para perdas em ativos financeiros (*impairment*)

As provisões para perdas, quando aplicável, são mensuradas através de análise de risco de crédito das partes contrárias dos respectivos instrumentos financeiros da Companhia, o que pode exigir, além de levantamento de informações históricas que não necessariamente representam certeza sobre cenários futuros, o uso de julgamento e premissas por parte da Administração. Adicionalmente, conforme trazido pelo CPC 48, as estimativas para as provisões para perda podem ser feitas para as perdas esperadas durante toda a vida contratual do ativo financeiro ou para os próximos 12 (doze) meses, a depender das características de risco de crédito constatadas à data de elaboração das demonstrações financeiras.

2.4.3. Provisões para perdas em ativos não financeiros (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia e suas investidas estimam o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pelas Administrações, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

2.4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 19 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

2.4.5. Plano de Incentivo de longo prazo – Unidade de Investimento

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, na seção “ILP – Incentivo de longo prazo”, a Companhia pode usar de estimativas e julgamentos para definir o valor monetário das Unidades de Investimento (“UI”) a serem destinadas a seus executivos. Estas UI’s diferenciam-se das ações de emissão da Companhia e não dão direitos de acionista a seus portadores. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existem quaisquer impactos destas estimativas e julgamentos no balanço patrimonial da Companhia, uma vez que, conforme descrito na nota explicativa nº 11, não foram reconhecidas provisões para estes anos em função de não terem sido atingidas as premissas estabelecidas no plano.

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5.2. Títulos e valores mobiliários

O modelo de negócio da Companhia para os títulos e valores mobiliários caracteriza-se, essencialmente, pela intenção de manter os títulos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais destes instrumentos. Estes instrumentos possuem características de fluxos de caixa que representam unicamente o pagamento de principal mais juros. Considerando estas características e as diretrizes trazidas pelo CPC 48 a Companhia classifica estes títulos e valores mobiliários como ativos financeiros ao custo amortizado.

2.5.3. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber é reconhecido à medida em que os serviços prestados são dados como concluídos pelo cliente ou as transferências de controle sobre os bens vendidos ocorram e o direito à compensação financeira é contratualmente adquirido pela Companhia.

Conforme mencionado no item 2.4.2, sempre que aplicável, as provisões para perda em contas a receber são constituídas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas futuras na realização destes créditos. O valor da estimativa da provisão para perda é elaborado considerando as premissas descritas naquele item.

Os valores de contas a receber apresentados no Balanço Patrimonial, referem-se exclusivamente a receita de prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da Rodovia Presidente Dutra, advindos da participação da Companhia no Consórcio COPER.

2.5.4. Impostos a recuperar

Conforme detalhado na nota explicativa nº 7, são reconhecidos nesta rubrica os saldos de créditos tributários a recuperar que se originam, substancialmente, de antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores e das retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e o referido imposto é retido pela instituição financeira. Tais créditos o utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundos de suas operações.

2.5.5. Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

As participações detidas pela Companhia em controladas, controladas em conjunto ou coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Para as demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos e passivos de controladas, bem como o resultado do exercício, são consolidados linha a linha, enquanto os saldos de coligadas e controladas em conjunto são mantidos pelo método de equivalência patrimonial.

Após calcular os saldos de suas participações nas investidas, através do método de equivalência patrimonial, a Companhia reconhece todas suas participações societárias com saldos positivos na rubrica de “Investimentos” no ativo e as participações societárias em investidas cujo saldo total seja negativo, se houver, serão registradas no passivo não circulante, em rubrica designada como “Provisões para perdas em investimentos”.

A Companhia classifica uma investida como controlada quando possui o poder de influenciar, unilateralmente, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo o controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

As controladas em conjunto, são aquelas investidas sobre as quais a Companhia compartilha o controle com outros sócios, sem que possa exercer o controle unilateral, e que exigem consenso para que as decisões estratégicas da investida sejam aprovadas.

As coligadas são investidas sobre as quais a Companhia exerce influência significativa sobre as decisões estratégicas, mas sem, necessariamente, deter o controle compartilhado ou o direito de veto.

Conforme demonstrado no item 1.4, em 31 de dezembro de 2019, à exceção da controlada AGC Energia S.A., todas as demais investidas da Companhia estão classificadas como controladas em conjunto.

Ágios

Os ágios gerados nas aquisições das participações acionárias estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ágios possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

2.5.6. Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicáveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.5.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.5.8. Empréstimos bancários e debêntures

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros

contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2019, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

2.5.9. Provisões para contingências

A Companhia revisa periodicamente sua exposição à possíveis provisões para riscos. Estas exposições são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos, e uma provisão para contingência é reconhecida no balanço patrimonial quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado.

Podem existir ainda, processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, onde apenas é exigido a divulgação em nota explicativa (ver nota explicativa 12); ou b) remotos, para os quais não são exigidos quaisquer provisões ou divulgação.

Os valores das provisões para risco são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração acompanha periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões (sempre que surgirem novos processos com prognóstico de perda provável ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda) ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

2.5.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos, o reconhecimento dos impostos também será feito diretamente no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas

relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

2.5.11. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, na rubrica de capital social. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido, na rubrica de capital social, caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

2.5.12. Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. Em 31 de dezembro de 2019, o único instrumento que poderia potencialmente diluir o lucro básico por ação da Companhia está descrito na nota explicativa nº 18.

2.5.13. Receita de serviços de operação e manutenção

Respeitadas as determinações trazidas pela nova norma de reconhecimento de receitas, CPC 47, as receitas de serviços de operação e manutenção são reconhecidas de acordo com as bases contratuais estabelecidas, respeitando o reconhecimento, por parte dos clientes, da prestação adequada dos serviços e, geralmente, representam um fluxo contínuo de geração de direitos de receber por parte da Companhia em contraparte ao fornecimento de serviços. O montante de receita bruta com a prestação de serviços de operação e manutenção está apresentado na nota explicativa nº 14.

2.5.14. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a

Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo é obter os fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

2.5.15. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, os quais são registrados no resultado do exercício e atualizações monetárias sobre tributos a recuperar, conforme detalhamento apresentado na nota explicativa nº 17.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros apropriados sobre os passivos financeiros, especialmente empréstimos bancários e debêntures, e a remuneração sobre cessão de direitos creditórios oriundos da operação do consórcio COPER. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis também são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

2.5.16. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

2.5.17. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, através do método indireto. A Companhia e suas investidas classificam na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As movimentações do caixa e equivalentes de caixa são classificadas na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aumento de capital em investidas e operações com demais partes relacionadas, enquanto que os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e captações referentes a empréstimos e financiamentos.

2.5.18. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's.

2.6. Adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações

2.6.1. CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos

realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando houver.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos porque as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente mudança no prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento no período.

Impactos da adoção inicial

As principais informações sobre os impactos dos contratos de arrendamento nos quais a Companhia é arrendatária estão demonstradas na nota explicativa nº 9.

2.7. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia

2.7.1. CPC 11 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 – Contratos de seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: a) uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável) e b) uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 entrará em vigor para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. A Companhia não espera que impactos relevantes sejam gerados no momento da adoção inicial desta norma.

2.7.2. Alterações ao CPC 15 (R1) - Definição de negócios

Em Outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterado pelo CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam, prospectivamente, a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não espera ser afetada por estas alterações na data de transição.

3. CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, incluem a consolidação das informações financeiras patrimoniais e de resultado da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

Investida	Participação no capital social total (%)		Percentual para fins de consolidação (%)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
AGC Energia S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00

Em 2017, a referida investida era consolidada indiretamente através da consolidação da investida Andrade Gutierrez Concessões S.A. Em 31 de dezembro de 2018, em função da operação de incorporação da AG Concessões, a AGC Energia passou a ser consolidada diretamente pela Companhia.

Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das companhias controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

4. SEGMENTOS

As informações por segmento são apresentadas em relação aos negócios e participações da Companhia que foram definidas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os montantes de ativos, passivos, resultado e patrimônio líquido dos segmentos, estão sendo apresentados na nota explicativa nº 8.3.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo dessa rubrica na data das demonstrações financeiras, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	952	38.416	967	38.445
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	3.069	12.674	3.069	12.674
	4.021	51.090	4.036	51.119

- (a) Considerando o modelo de negócio adotado pela Companhia e as características contratuais destes ativos, as aplicações financeiras de liquidez imediata são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e referem-se a operações compromissadas que possuem uma remuneração média de 60% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (certificados de depósitos bancários remunerados a 98,05% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor.

Os saldos das aplicações financeiras de liquidez imediata apresentados no balanço patrimonial da controladora em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os mesmos daqueles apresentados no balanço patrimonial consolidado e são compostos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Certificado de depósitos bancários	-	12.674
Operações compromissadas	3.069	-
	3.069	12.674

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O saldo de títulos e valores mobiliários apresentado no balanço patrimonial da controladora é o mesmo daquele apresentado no balanço patrimonial consolidado e é composto como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Certificado de depósitos bancários (a)	32.778	31.375
Debêntures (b)	-	89.934
	32.778	121.309
Circulante	32.778	31.375
Não circulante	-	89.934

- (a) Refere-se, a conta reserva, exigida contratualmente, vinculada à 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em ações da Companhia. Os valores são remunerados a 97% do CDI.
- (b) Refere-se a títulos da 6ª emissão pública, em série única, de debêntures conversíveis em ações da Liq Participações S.A., com remuneração à taxa anual de CDI + 2,5% a.a., adquiridas pela Companhia em agosto de 2018 e vendidas através de contrato assinado em maio de 2019.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

A composição dos saldos de impostos e contribuições a recuperar em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRRF - Imposto de renda retido da fonte (a)	1.622	10.500	1.622	11.361
Créditos fiscais - CSLL (b)	4.383	3.484	4.383	3.484
Outros	135	1.542	164	1.542
	6.140	15.526	6.169	16.387
Circulante	6.140	5.097	6.169	5.958
Não circulante	-	10.429	-	10.429

(a) Refere-se ao imposto de renda retido sobre os rendimentos resgatados de aplicações financeiras;

(b) Refere-se substancialmente a valores a compensar referentes às antecipações de contribuição social do exercício de 2014 recolhidos a maior.

A administração da Companhia acredita que realizará os referidos créditos com as operações correntes do exercício de 2020.

8. INVESTIMENTOS

8.1. Controladora

A seguir são apresentadas as movimentações dos investimentos da Companhia, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial da Controladora, para os períodos de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	31/12/2018		Movimentação do período					31/12/2019	
	Saldo do Investimento	Aumento / redução de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Ganho (perda) na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Patrimônio líquido das investidas	
Segmento concessões									
CCR S.A. (a)	1.504.885	-	(228.835)	1.344	213.466	-	517	1.491.377	
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(826)	-	-	-	477	-	-	(349)	
Dominó Holding Ltda	2.557	(765)	(1.229)	-	(307)	-	-	256	
AGC Energia S.A.	889	(850)	-	-	1	-	-	40	
Segmento Madeira Energia									
SAAG Investimentos S.A. (b)	65.435	193	-	-	(18.040)	(772)	-	46.816	
Segmento Outros									
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	42.137	13.770	-	-	(2.135)	-	-	53.772	
	1.615.077	12.348	(230.064)	1.344	193.462	(772)	517	1.591.912	

	31/12/2017		Movimentação do período					31/12/2018		
	Saldo do Investimento	Aquisição	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Ganho (perda) na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Incorporação (a)	Patrimônio líquido das investidas
Segmento concessões										
Andrade Gutierrez Concessões S.A (c)	1.369.003	-	-	(124.400)	29.004	186.030	-	-	(1.459.637)	-
Dominó Holding Ltda	-	2.551	-	-	-	6	-	-	-	2.557
AGC Energia S.A.	-	890	-	-	-	(1)	-	-	-	889
CCR S.A.	-	-	-	(2.702)	1.025	(96.371)	-	532	1.602.401	1.504.885
Companhia Operadora de Rodovias - COR	-	-	-	-	-	34	-	-	(860)	(826)
Segmento Madeira Energia										
SAAG Investimentos S.A. (b)	79.720	-	2.238	-	847	(18.725)	1.355	-	-	65.435
Segmento Outros										
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	52.886	-	16.025	-	-	(26.774)	-	-	-	42.137
	1.501.609	3.441	18.263	(127.102)	30.876	44.199	1.355	532	141.904	1.615.077

- (a) Além da participação proporcional no patrimônio da investida, encontra-se registrado nesta linha, ágio no montante de R\$290.542, proveniente da transação de compra pela investida AG Concessões, de ações da CCR e fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da investida. Anualmente, a Companhia avalia os valores recuperáveis deste investimento e seu ágio (teste de *impairment*). A Companhia não identificou indicativos de *impairment* e, assim sendo, não constituiu provisão. Está registrado nesta conta também, o lucro não realizado na operação de venda dos aeroportos, com saldo negativo de R\$8.601 (R\$9.118 em 31 de dezembro de 2018). A realização do lucro não realizado ocorre linearmente de acordo com os prazos das concessões.
- (b) Está reconhecido nesta rubrica, além da participação proporcional no patrimônio líquido da investida, ajuste negativo referente à dispêndios reembolsáveis reconhecidos na investida indireta Madeira Energia S.A., no valor de R\$17.911 (R\$16.864 em 31 de dezembro de 2018).
- (c) A investida Andrade Gutierrez Concessões, que detinha as participações diretas em CCR e COR, foi incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2018;

8.2. Consolidado

A seguir são apresentadas as movimentações dos investimentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial Consolidado, no encerramento dos períodos de 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2018		Movimentação do período					31/12/2019	
	Saldo do Investimento	Aumento / redução de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Ganho (perda) na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Patrimônio líquido das investidas	
Segmento concessões									
CCR S.A.	1.504.885	-	(228.835)	1.344	213.466	-	517	1.491.377	
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(826)	-	-	-	477	-	-	(349)	
Dominó Holding Ltda	2.557	(765)	(1.229)	-	(307)	-	-	256	
Segmento Madeira Energia									
SAAG Investimentos S.A. (a)	65.435	193	-	-	(18.040)	(772)	-	46.816	
Segmento Outros									
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	42.137	13.770	-	-	(2.135)	-	-	53.772	
	1.614.188	13.198	(230.064)	1.344	193.461	(772)	517	1.591.872	

	31/12/2017		Movimentação do período					31/12/2018	
	Saldo do Investimento	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Ganho na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Desconsolidação SAAG	Patrimônio líquido das investidas
Segmento concessões									
CCR S.A.	1.494.260	-	(133.486)	27.185	116.359	-	532	-	1.504.850
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(776)	-	-	-	(50)	-	-	-	(826)
Dominó Holding Ltda	2.557	-	-	-	-	-	-	-	2.557
Segmento Madeira Energia									
SAAG (a)	-	2.238	-	847	(6.235)	1.355	-	67.230	65.435
Madeira Energia (a)	468.447	-	-	-	(74.282)	-	-	(394.165)	-
Segmento Outros									
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	52.886	16.025	-	-	(26.739)	-	-	-	42.172
	2.017.374	18.263	(133.486)	28.032	9.053	1.355	532	(326.935)	1.614.188

- (a) A Companhia deixou de consolidar as posições patrimoniais e de resultado da investida SAAG a partir do 4º trimestre de 2018. Neste sentido, a movimentação do investimento consolidado para o exercício de 2019, reflete o reconhecimento da SAAG como uma investida controlada em conjunto. O saldo consolidado da participação acionária na investida indireta Madeira Energia, passa a integrar o saldo reconhecido na investida direta SAAG Investimentos S.A., uma vez que esta é a investidora direta de MESA.

8.3. Informações relevantes sobre os investimentos

As informações sobre os saldos de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado das investidas estão apresentadas a seguir:

	Segmento Concessões				Segmento	Segmento Outros
	Companhia			Madeira Energia		
	CCR S.A.	Operadora de Rodovias - COR	Dominó Holding Ltda.	AGC Energia S.A.	SAAG	SPE Holding Beiro-Rio S.A.
<i>Informações das investidas</i>						
Ativo total	11.523.435	12.902	514	44	390.364	298.080
Passivo total	3.384.647	13.950	13	4	17	212.198
Capital social	6.022.942	50	1.071	42	1.174.116	332.627
Patrimônio líquido total	8.138.788	(1.048)	501	40	390.347	85.882
Lucro (prejuízo) líquido do período	1.438.255	1.430	(572)	1	(101.284)	(27.254)
Número de ações ordinárias/quotas	2.020.000.000	20.003	2.570.985	41.720	6.847.813	332.627
Número de ações preferenciais	-	-	-	41.720	13.523.148	-
Número total de ações/quotas	2.020.000.000	20.003	2.570.985	83.440	20.370.961	332.627
<i>Outras informações da Controladora</i>						
Nº de ações/quotas detidas (lote mil)	300.149.836	6.667	1.311.202	83.440	3.377.810	42.941
Participação no capital social da investida (%)	14,86%	33,33%	51%	100%	16,58%	50,00%

Outras informações relevantes sobre os investimentos da Companhia estão detalhadas abaixo:

CCR - Termo de Autocomposição, Programa de Incentivo à Colaboração e Acordo de Leniência

Termo de Autocomposição

Em 29 de novembro de 2018, a CCR celebrou Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual se comprometeu a pagar a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265, paga em 11 de março de 2019, e o saldo remanescente será pago em 1º de março de 2020. Tais valores são corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à CCR por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A CCR reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

Acordo de Leniência

Em 06 de março de 2019, a CCR divulgou Fato Relevante informando que, sua controlada RodoNorte celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Paraná, pelo qual a controlada se comprometeu a (i) pagar o valor de R\$ 35.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; (ii) arcar com R\$ 350.000, atualizado semestralmente pela Selic, a título de redução em 30% da tarifa de pedágio em favor dos usuários em todas as praças de pedágio por ela operadas por, pelo menos, 12 meses; (iii) executar obras nas rodovias por ela operadas no valor total de R\$ 365.000, atualizado semestralmente pela Selic. O valor total de R\$ 750.000 foi integralmente provisionado no exercício de 2018. Em 28 de março de 2019, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal homologou o Acordo de Leniência. A multa, no valor de R\$ 35.000, foi paga em 26 de abril de 2019 e o início do desconto tarifário ocorreu em 27 de abril de 2019.

Programa de Incentivo à Colaboração

Em reunião realizada em 1º de novembro de 2018, o Conselho de Administração da CCR (a) tendo verificado o limite de atuação do Comitê Independente, criado pelo Conselho de Administração e responsável pelos trabalhos de apuração dos fatos divulgados na imprensa e conexos envolvendo a CCR e suas controladas; (b) com base na recomendação de seus advogados externos, no sentido de que sem o completo esclarecimento dos fatos era inviável a aceitação dos acordos de leniência pelas autoridades competentes; e (c) diante das possíveis consequências para os envolvidos que se dispusessem a colaborar com as autoridades competentes, aprovou a criação de um Programa de Incentivo à Colaboração (PIC) que assegurou àqueles colaboradores certos direitos, e também preservou o interesse do Grupo CCR, evitando

a sua exposição a graves riscos, inclusive de continuidade de seus negócios. Em AGE ocorrida em 22 de abril de 2019, o PIC foi ratificado.

No contexto do PIC, a CCR celebrou contratos com colaboradores, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$58.705, o qual resulta do saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$71.231 atualizado pelo IPCA, acrescido de provisionamento do custeio de penas pecuniárias aplicadas aos contemplados no montante de R\$16.231, diminuído dos valores já pagos.

O saldo de R\$58.705 será pago da seguinte forma: i) R\$53.441, referente ao PIC, ao longo dos próximos 4 anos, até novembro de 2023; e ii) R\$5.264, referente ao saldo de penas pecuniárias, em 3 parcelas semestrais, sendo a primeira na data da homologação de cada acordo individual de cada colaborador.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a CCR, conseqüentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras.

A CCR continuará contribuindo com as autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

MESA

Investigações legais – riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

O relatório de auditoria da MESA, sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, apresentou parágrafo de ênfase sobre “investigações legais – riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos” que citam suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à MESA e sua controlada com alegações de possíveis atividades ilícitas, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio.

Adicionalmente, como também foi mencionado no relatório de auditoria, “a Administração da MESA contratou escritório de advocacia forense e constituiu uma comissão de investigação independente. Ao final da investigação, o escritório de advocacia forense emitiu seu relatório, em fevereiro de 2019, apresentado à Comissão de investigação e ao Conselho de Administração, com a conclusão de que não foram identificadas evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações procedidas pelo Ministério Público Federal e dos termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras”.

9. ARRENDAMENTOS

Com base nas premissas da política contábil aplicada para reconhecimento dos contratos de arrendamentos, expostas no item 2.6.1, a Companhia apurou os impactos da adoção inicial bem como a movimentação dos saldos de arrendamento para o exercício de 2019, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Arrendamentos	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Depreciação	Juros	Pagamentos		31/12/2019
				Principal	Juros	
Direito de uso com arrendamentos						
Móveis	2.682	(1.278)	-	-	-	1.404
	2.682	(1.278)	-	-	-	1.404
Financiamentos com arrendamentos						
Móveis	2.682	-	70	(1.221)	(70)	1.461
	2.682	-	70	(1.221)	(70)	1.461

Os passivos de arrendamento estão classificados entre obrigações de curto e longo prazo em função do fluxo dos pagamentos previstos. Em 31 de dezembro de 2019, R\$1.349 está classificado no passivo circulante e R\$112 no passivo não circulante.

10. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E DEBÊNTURES

O saldo de empréstimos bancários e debêntures da Companhia está composto como segue:

Instituição financeira	Natureza	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em		
						31/12/2019	31/12/2018	
Banco do Brasil S.A.	Empréstimos com garantia (a)	29/06/2017	30/06/2020	132,5% do CDI	120.000	-	118.770	
Banco da Amazônia S.A.	Debêntures com garantia (b)	03/10/2011	15/10/2031	TJLP +1,65%	263.424	332.320	338.841	
Banco Bradesco S.A. / Banco do Brasil S.A.	Debêntures com garantia (c)	06/01/2017	03/11/2022	136,9% do CDI	1.600.000	1.500.627	1.601.595	
Banco Bradesco S.A.	Debêntures com garantia (d)	03/08/2017	03/08/2020	129% do CDI	88.000	-	90.180	
Debêntures a mercado	Debêntures com garantia (e)	18/12/2019	09/12/2025	100% do CDI	312.500	298.007	-	
Debêntures a mercado	Debêntures com garantia (f)	18/12/2019	09/12/2025	100% do CDI	62.500	59.597	-	
					2.446.424	2.190.551	2.149.386	
						Circulante	38.999	157.619
						Não circulante	2.151.552	1.991.767

Principais informações sobre os empréstimos e financiamentos

(a) Cédula de crédito bancária

No dia 29 de junho de 2017 a incorporada AG Concessões emitiu Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco do Brasil no valor de R\$120.000 com vencimento em junho de 2020. A Companhia liquidou antecipadamente a CCB em 18 de dezembro de 2019.

(b) 1ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em Assembleias realizadas em 21 de dezembro de 2010 e 23 de setembro de 2011, a Administração da Companhia aprovou a 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia, sendo o subscritor o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), tendo como banco operador o Banco da Amazônia e tendo como gestor a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). Foram emitidas 263.424.210 debêntures, escriturais, divididas em quatro séries, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

No último trimestre de 2011 e no primeiro de 2012 a Companhia recebeu os recursos previstos referentes à primeira, segunda e terceira parcelas mencionadas abaixo. A Companhia recebeu em outubro de 2012 a quarta parcela constante do quadro abaixo.

Liberações

Série	Valor unitário (R\$)	Quantidade de debêntures	Valor total (R\$ mil)
1ª	1,00	97.796.208	97.796
2ª	1,00	60.422.943	60.423
3ª	1,00	60.422.943	60.423
4ª	1,00	44.782.116	44.782
		263.424.210	263.424

Vencimento

As debêntures vencerão em outubro de 2031, com amortização em 35 parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento em novembro de 2016 e a última no dia 15 de outubro de 2031.

Remuneração

Custo básico: Atualização correspondente à variação acumulada da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos, em regime de capitalização composta, incidente sobre o saldo do valor nominal das Debêntures, a partir da data de sua integralização.

Juros: Incide sobre os saldos dos valores nominais das Debêntures, acrescidos do custo básico mencionado no item anterior, juros à taxa efetiva de 1,50% a.a., base 360 dias, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigidos semestralmente no período de

amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada, ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Del Credere: A partir da data da integralização das debêntures, sobre os saldos dos valores nominais das debêntures, acrescidos do custo básico, incidirão encargos à taxa efetiva de 0,15% a.a., base 360 dias, a título de *del credere*, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigido semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Conversibilidade

A SUDAM, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou de resgate, poderá optar por converter as debêntures subscritas em ações preferenciais sem direito a voto da Companhia, respeitando o limite de 50% no montante subscrito. Caso a SUDAM não opte pela conversão, fica a Companhia obrigada a efetuar os pagamentos semestrais e o resgate total dos títulos, no respectivo vencimento. Cada parcela das debêntures a ser convertida corresponderá a um número inteiro de ações obtido pela divisão do valor do montante a ser convertido pelo preço de emissão de cada ação.

O preço de conversão das ações será equivalente ao menor dos seguintes valores: (a) cotação média dos últimos trinta dias em que foram negociadas em bolsas de valores nacionais; ou (b) valor acionário decorrente de avaliação da Companhia, considerado o método de fluxo de caixa descontado, consideradas todas as participações acionárias detidas pela Companhia, segundo avaliação a ser realizada por Banco de Investimento de primeira linha, contratado de comum acordo entre a Companhia e a SUDAM.

(c) 4ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 06 de janeiro de 2017, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Foram emitidas 1.600.000 debêntures em série única, no valor nominal de R\$1 (hum mil reais), no montante de R\$1.600.000 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), com prazo de vencimento final em novembro de 2022.

Em 14 de novembro de 2019, os debenturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debenturistas (i) a adesão a oferta de resgate parcial de debêntures; (ii) alteração da remuneração das debêntures e da data de pagamento da mesma e; (iii) a prorrogação do prazo de vencimento das debentures para maio de 2024.

Em 18 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou uma oferta de resgate antecipado parcial de 100.600 (cem mil e seiscentas) debêntures, com o conseqüente cancelamento de tais debêntures.

Nos termos previstos na escritura de emissão, o saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais.

As condições, garantias e restrições pactuadas foram atendidas integralmente pela Companhia. As referidas debêntures apresentam cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros e todas foram atendidas na data base de 31 de dezembro de 2019.

(d) 2ª Emissão de Debêntures da Andrade Gutierrez Concessões S.A. (incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2018).

Na 2ª emissão da investida AG Concessões, ocorrida no dia 3 de agosto de 2017, foram emitidas 88.000 (oitenta e oito mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, de série única, com valor nominal unitário de R\$1 (hum mil reais) e valor nominal total de R\$88.000 (Oitenta e oito milhões de reais), as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de agosto de 2017. As debêntures remuneradas à taxa de 129% do CDI ao ano, com vencimento estabelecido para agosto de 2020, foram liquidadas antecipadamente pela Companhia, por meio de resgate total antecipado efetuado em 18 de dezembro de 2019.

(e) 5ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 18 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 312.500 (trezentas e doze mil e quinhentas) com valor nominal unitário de R\$1 (hum mil reais) cada e valor nominal total de R\$312.500 (Trezentos e doze milhões e quinhentos mil reais).

As debêntures possuem prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses contados da data de emissão, incluindo prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para início do pagamento do valor nominal unitário, que será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas.

(f) 6ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 4 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 6ª (Sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada. Foram emitidas 62.500 (sessenta e dois mil e quinhentas) com valor nominal unitário de R\$1 (hum mil reais) cada e valor nominal total de R\$62.500 (Sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais).

As debêntures terão prazo de vencimento para dezembro de 2025, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura da 6ª Emissão. O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas, com carência de 24 (vinte e quatro) meses, sempre no dia 09 de dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 09 de dezembro de 2021 e a última em 09 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a Companhia se comprometeu a pagar aos debenturistas prêmio apurado em cada uma das datas de verificação nos termos da Escritura da 6ª Emissão.

Garantias

Os empréstimos mencionados nos itens (c), (e) e (f) contam com a garantia da alienação fiduciária de ações de emissão da CCR e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes dos direitos econômicos destas ações.

Em 31 de dezembro de 2019, estavam alienadas (i) em favor da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 157.874.511 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças firmado em 30 de dezembro de 2016 e aditado em 17 de novembro de 2017, 17 de agosto de 2018, 12 de dezembro de 2018, 28 de fevereiro de 2019, 16 de agosto de 2019, 1º de novembro de 2019 e em 18 de dezembro de 2019 e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos Sobre Contas e Outras Avenças firmado em 30 de dezembro de 2016 e aditado em 25/09/2017, 12/12/2018, 28/02/2019, em 16 de agosto de 2019 1º de novembro de 2019 e em 18 de dezembro de 2019 ambos firmados entre a Companhia e, de outro lado, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante dos Debenturistas da 4ª Emissão de Debentures da Companhia e o Banco do Brasil S.A. (ii) em favor da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Simplific"), 32.698.873 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças firmado em 4 de dezembro de 2019 e aditado em 18 de dezembro de 2019 firmado entre a Companhia e, de outro lado, a Simplific, na qualidade de representante dos Debenturistas da 5ª e 6ª Emissões de Debentures da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 também se encontravam alienadas 109.576.452 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios em favor da TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. ("TMF"), na qualidade de representante dos Agente de Garantia Local de novas notas 9.500% *Senior Secured Notes due 2024* ("Notes") emitidas pela Andrade Gutierrez International S.A. ("AGINT") no mercado internacional em dezembro de 2019, no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária e Outras Avenças em 4 de dezembro de 2019 e aditado em 18 de dezembro de 2019. As demais ações da CCR (190.573.384) também estão oneradas à TMF com efeito suspensivo, aguardando liberação pelos credores das dívidas mencionadas nos itens (c) (e) e (f).

O empréstimo mencionado no item (b), conta com as garantias de penhor de dividendos assim compreendidos como todos os proventos, frutos ou rendimentos de livre movimentação relativos às ações de emissão da

Madeira Energia S.A. e da conta reserva equivalente a 2 vezes o serviço da dívida (principal + encargos), conforme informado no item (a) da Nota explicativa 6.

Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os vencimentos dos empréstimos no longo prazo podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	600.730
2021	396.141	505.530
2022	396.141	665.530
2023	546.081	25.530
Após 2023	813.189	194.447
	2.151.552	1.991.767

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

As movimentações dos empréstimos bancários e debêntures da Companhia, conciliada com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstradas a seguir:

Instituição financeira	31/12/2018	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2019
<i>Empréstimos bancários</i>							
Banco do Brasil S.A.	118.770	-	(120.000)	(9.025)	9.025	1.230	-
<i>Debêntures</i>							
Banco Bradesco S.A.	1.601.595	-	(100.600)	(135.334)	130.491	4.475	1.500.627
Banco da Amazônia S.A.	338.841	-	(26.887)	(5.710)	26.076	-	332.320
Banco Bradesco S.A.	90.180	-	(88.000)	(9.415)	6.538	697	-
Debêntures a Mercado	-	312.500	-	-	760	(15.253)	298.007
Debêntures a Mercado	-	62.500	-	-	152	(3.055)	59.597
	2.149.386	375.000	(335.487)	(159.484)	173.042	(11.906)	2.190.551

Instituição financeira	31/12/2017	Incorporação (a)	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2018
<i>Empréstimos bancários</i>								
Banco do Brasil S.A.	-	118.770	-	-	-	-	-	118.770
<i>Debêntures</i>								
Banco Bradesco S.A.	1.665.133	-	-	-	(206.851)	138.697	4.616	1.601.595
Banco da Amazônia S.A.	341.612	-	-	(25.194)	(5.926)	28.349	-	338.841
Banco Bradesco S.A.	-	90.180	-	-	-	-	-	90.180
	2.006.745	208.950	-	(25.194)	(212.777)	167.046	4.616	2.149.386

11. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de partes relacionadas apresentados no balanço patrimonial da controladora são os mesmos do consolidado, uma vez que estes saldos são mantidos com entidades relacionadas que não pertencem à estrutura de consolidação da Companhia.

Os referidos saldos podem ser assim demonstrados:

Natureza	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo (passivo) circulante				
<i>Outras partes relacionadas</i>				
Consórcio COPER	Outros	633	-	(608)
Saldos de ativos (passivos) circulantes		633	-	(608)
Ativo (passivo) não circulante				
<i>Controladora</i>				
Andrade Gutierrez S.A.	Mútuo	205.382	(41)	44.101 (41)
<i>Outras partes relacionadas</i>				
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	1.174	-	1.068 (26)
Telis Participações S.A.	Mútuo	18.813	-	17.763 -
Saldos de ativos (passivos) não circulantes		225.369	(41)	62.932 (67)
Total dos saldos com partes relacionadas		226.002	(41)	62.932 (675)

Remuneração dos administradores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, refere-se (a) benefícios de curto prazo, como salários, encargos e outros benefícios; e (b) a benefícios pós-emprego (de longo prazo), relacionados à previdência privada.

	31/12/2019	31/12/2018
Benefícios a curto prazo	3.795	3.715
Benefícios a longo prazo	212	233
	4.007	3.948

ILP – Incentivo de longo prazo

O Conselho de Administração da investida AG Concessões (incorporada em 31 de dezembro de 2018 pela AG Participações S.A.) aprovou o Plano de Incentivo de Longo Prazo, formado pelo Plano Especial de Incentivo de Longo Prazo (plano finalizado devido ao resgate integral das UI's outorgadas) e pelo Plano Executivo de Incentivo de Longo Prazo, ambos na Modalidade de "Opções Fantasmas", não baseado em ações da investida AG Concessões, através dos quais colaboradores designados podem adquirir títulos emitidos pela AG Concessões denominados "Unidades de Investimento" (UI) e que têm como objetivos: (i) a atração e retenção dos executivos; (ii) o alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) o compartilhamento do sucesso na criação de valor com os executivos; e (iv) a criação de uma visão de longo prazo e sustentabilidade.

A Unidade de Investimento não atribui ao seu titular a condição de acionista da AG Concessões, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Cada UI confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado no valor de uma ação de emissão da AG Concessões.

Plano executivo de incentivo de longo prazo

Este plano é oferecido anualmente aos executivos indicados pela Diretoria, submetidos à aprovação do Conselho de Administração da AG Concessões, e está diretamente atrelado à criação de valor da AG Concessões, medida por meio da variação da Unidade de Investimento.

O Conselho de Administração aprova os participantes indicados, a quantidade de unidades de investimento a ser ofertada por participante e o preço de aquisição de cada UI. A aceitação pelo participante implica em pagamento à vista do valor que lhe foi atribuído e à celebração do contrato de compra das unidades, sendo responsabilidade da AG Concessões a emissão do respectivo "Certificado de Unidades de Investimento".

O resgate das UI's pelos participantes será condicionado ao atingimento de uma meta mínima de performance ("gatilho"), definida como uma valorização mínima da UI, entre a data da avaliação correspondente à compra (Valor Inicial) e a da data da avaliação referente ao resgate (Valor Final).

Desde que cumprido o "gatilho", o "vesting" das UI's ocorrerá em 4 parcelas anuais, sendo a primeira parcela a partir do terceiro aniversário de vigência do Programa e as demais parcelas a partir dos aniversários subsequentes.

Em virtude dos contemplados do Programa serem colaboradores da AG Concessões, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UI's é considerado como o próprio valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados (UI's), levando-se em conta os respectivos períodos de "vesting".

A prática contábil adotada pela AG Concessões é a de provisionar as despesas com o ILP durante o período de "vesting", desde que atingido o "gatilho", apurando-se o valor justo dos montantes relativos ao plano.

O saldo provisionado será atualizado em decorrência da mudança no valor das UI's, do término do período de carência, da outorga de novos programas, de resgates de UI's ou desligamento de colaboradores contemplados.

No decorrer de 2015 foram revertidas todas as provisões para os planos outorgados, pois conforme as regras estabelecidas, os mesmos não atingiram o gatilho mínimo acordado nos planos. O atingimento do gatilho mínimo também não ocorreu nos anos posteriores.

A seguir, apresentamos as informações referentes ao ILP da AG Concessões em 31 de dezembro de 2019:

Planos	Saldo provisionado em 31/12/2018		Canceladas no período Quantidade de UI's	Valorização das UI's Total (R\$)	Exercidas no período		Saldo provisionado em 31/12/2019		Efeito no resultado
	Quantidade de UI's	Total (R\$)			Quantidade de UI's	Total (R\$)	Quantidade de UI's	Total (R\$)	
Plano executivo	245.457	-	(120.552)	-	-	-	124.905	-	-
	245.457	-	(120.552)	-	-	-	124.905	-	-

12. PROVISÕES PARA PERDAS E RISCO

As provisões para contingências refletem a opinião de assessores jurídicos (internos e externos) de que a Companhia e sua controlada incorrem em risco provável de perda em ações judiciais de qualquer natureza.

Em relação à arbitragem instaurada pelo Fundo de Investimento em Participações Melbourne contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia havia reconhecido provisão para contingências cíveis no valor de R\$80.659, considerando sentença proferida por tribunal arbitral, no qual a Companhia é requerida a reembolsar perdas indenizatórias a terceiro, referente à operação de alienação de participação acionária na SAAG, realizada no ano de 2014. O procedimento se encerrou em parte, nesta tendo havido julgamento dos pedidos de esclarecimento, e, em outra parte, está em fase de liquidação da sentença parcial. O FIP Melbourne iniciou cumprimento de sentença. Os valores da referida provisão contemplam apenas os valores nos quais os assessores jurídicos da Companhia entendem que há risco de perda provável. Os demais temas dependem de liquidação específica e não foram considerados pelos assessores como risco de perda provável.

Adicionalmente, esta rubrica contempla valores advindos da operação do consórcio COPER, no valor de R\$875, referem-se substancialmente a provisões para perda de recebíveis.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$2.377 (R\$2.377 em 31 de dezembro de 2018), representados por 430.811.099 ações ordinárias (430.811.099 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2018) e 861.585.307 ações preferenciais (861.585.307 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2018), todas nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e sua destinação é limitada à compensação de prejuízos acumulados e ao aumento de capital da Companhia. Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, em dezembro de 2019 a Companhia utilizou o saldo da reserva legal (R\$4.011) para amortizar prejuízos acumulados.

Reserva de lucros ou prejuízos acumulados

A reserva de retenção de lucros ou os prejuízos acumulados representam o resultado não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios ou os valores acumulados dos prejuízos apurados no exercício e/ou exercícios anteriores. A compensação de prejuízos com saldos de reservas de lucros ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucro (parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76).

Resultados abrangentes – ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se, substancialmente, a ajustes patrimoniais reflexos, advindos de mutações patrimoniais ocorridas no patrimônio líquido das investidas. A demonstração dos resultados abrangentes oferece detalhes sobre as origens de tais operações.

Ações em tesouraria

Em fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a recompra de ações da própria Companhia, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de ações em tesouraria é de R\$85 correspondente a 7.684 (sete mil seiscentos e oitenta e quatro) ações ordinárias e 714 (setecentos e quatorze) ações preferenciais.

14. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

Conforme demonstrado no contexto operacional, as receitas operacionais da Companhia advêm da prestação de serviços de operação e manutenção da Rodovia Presidente Dutra – BR 116 / RJ-SP, executados pelo consórcio COPER, no qual a Companhia possui participação de 32,67%.

A conciliação da receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício pode ser demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Serviços de operação e manutenção	150.557	12.206	150.557	138.127
Total da receita bruta	150.557	12.206	150.557	138.127
Impostos sobre a receita bruta	(12.002)	(895)	(12.002)	(10.233)
Total da receita líquida dos serviços prestados	138.555	11.311	138.555	127.894

15. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Gastos com pessoal	(45.234)	(2.134)	(45.234)	(68.588)
Serviços de terceiros	(32.048)	(6.671)	(32.093)	(10.623)
Materiais	(4.322)	(821)	(4.322)	(33.907)
Despesa tributária	(2.499)	(2.245)	(2.508)	(2.925)
Depreciação e amortização	(1.324)	-	(1.324)	(955)
Outras	(2.100)	(4.787)	(2.101)	(6.506)
	(87.527)	(16.658)	(87.582)	(123.504)
Custos dos serviços prestados	(52.732)	(4.614)	(52.732)	(59.566)
Despesas gerais e administrativas	(34.795)	(12.044)	(34.850)	(63.938)

Os custos dos serviços prestados são provenientes da participação da Companhia no consórcio COPER.

16. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

O valor das outras receitas e despesas apresentada na demonstração do resultado é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado na venda das debêntures da LIQ (a)	(90.409)	-	(90.409)	-
Outros	51	(120)	53	268
	(90.358)	(120)	(90.356)	268

(a) Refere-se ao resultado na venda das debêntures da Liq Participações S.A., adquiridas pela Companhia em agosto de 2018 e vendidas em maio de 2019.

17. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	11.407	13.327	11.407	15.339
Atualização monetária de tributos a recuperar	2.900	919	2.954	919
Outras receitas financeiras	69	5	70	5
	14.376	14.251	14.431	16.263
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos bancários e debêntures	(173.042)	(167.046)	(173.042)	(184.277)
Remuneração sobre direitos creditórios	(25.323)	(2.127)	(25.323)	(22.740)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(89)	(111)	(89)	(204)
Outras despesas financeiras	(7.561)	(427)	(7.562)	(940)
	(206.015)	(169.711)	(206.016)	(208.161)
Total das receitas e despesas financeiras, líquido	(191.639)	(155.460)	(191.585)	(191.898)

18. RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33), a Companhia deve calcular o resultado básico e diluído por ação, considerando o resultado líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. No cálculo efetuado, foi considerada a remuneração adicional de 10% que as ações preferenciais fazem jus frente as ações ordinárias, conforme definido no Estatuto da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o resultado básico por ação poderia ser diluído em função da conversibilidade de debêntures mencionada na nota de empréstimos bancários e debêntures.

Os cálculos de resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim demonstrados:

Resultado básico por ação (Em milhares, exceto valor por ação)	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido do exercício	(119.041)	(116.728)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(119.041)	(116.728)
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(37.201)	(36.479)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(81.840)	(80.249)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(119.041)	(116.728)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.811	430.811
Média ponderada de número de ações preferenciais	861.585	861.585
Total	1.292.396	1.292.396
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas		
por ação ordinária	(0,0864)	(0,0847)
por ação preferencial	(0,0950)	(0,0931)
Resultado diluído por ação (Em milhares, exceto valor por ação)	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido do exercício	(119.041)	(116.728)
(+) Juros aos detentores de instrumentos conversíveis	17.210	18.710
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(101.831)	(98.018)
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(32.344)	(30.834)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(69.487)	(67.184)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(101.831)	(98.018)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.811	430.811
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.049.802	1.091.019
Total	1.480.613	1.521.830
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas		
por ação ordinária	(0,0751)	(0,0716)
por ação preferencial	(0,0662)	(0,0616)

19. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em três categorias: (a) Risco de mercado, é o risco de alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco é controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno; (b) Risco de liquidez, que é o risco de que a companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; e (c) Risco de crédito, que é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

(a) Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos de taxas de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos, substancialmente, em certificados de depósitos bancários (CDB) e operações compromissadas. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos. Nenhum dos equivalentes de caixa ou aplicações financeiras da Companhia estão expostos a risco de perda no valor original aplicado, portanto, o risco mencionado refere-se apenas à redução em relação aos montantes dos rendimentos a serem auferidos sobre tais ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos bancários e debêntures contratados vinculados a CDI e TJLP. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos financeiros para a proteção contra a variação das taxas.

O resumo da exposição dos instrumentos financeiros da Companhia às taxas pós-fixadas, conforme reportado à Administração, está apresentado a seguir:

Taxa de juros pós-fixada	Taxa	Controladora e Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Ativos			
Certificados de depósito bancário (CDB)	CDI	32.778	44.049
Operações compromissadas	CDI	3.069	-
Debêntures	CDI	-	89.934
		35.847	133.983
Passivos			
Debêntures	CDI	1.858.231	1.691.775
Debêntures	TJLP	332.320	338.841
Empréstimos bancários	CDI	-	118.770
		2.190.551	2.149.386

Análise de sensibilidade

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade dos efeitos das taxas de juros indexadas de seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise tais taxas foram estressadas em -50%, -25%, 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Indexadores	Risco	31/12/2019	Período até 31 de dezembro de 2020				
		Cenário atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	0,0440	0,0415	0,0208	0,0311	0,0519	0,0623
TJLP	Variação TJLP	0,0557	0,0509	0,0255	0,0382	0,0636	0,0764

- **Cenário atual:** refere-se ao cenário real no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2019;
- **Cenário base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 28 de fevereiro de 2020, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até o mês anterior ao da data de aprovação destas demonstrações financeiras;
- **Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, em -50%, -25%, 25% e 50% respectivamente.

A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2019	Período até 31 de dezembro de 2020				
Operação	Risco	Cenário atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Certificados de depósito bancário	Variação CDI	32.778	32.696	32.018	32.357	33.035	33.374
Operações compromissadas	Variação CDI	3.069	3.061	2.998	3.030	3.093	3.125
		35.847	35.757	35.015	35.386	36.128	36.499
	Efeito de ganho (perda)		(90)	(742)	(371)	371	742
Passivos financeiros		31/12/2019	Período até 31 de dezembro de 2020				
Operação	Risco	Cenário base	Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debêntures	Variação CDI	1.858.231	1.858.231	1.819.673	1.838.952	1.877.510	1.896.789
Debêntures	Variação TJLP	332.320	330.725	322.308	326.516	334.933	339.142
		2.190.551	2.188.956	2.141.981	2.165.468	2.212.443	2.235.931
	Efeito de ganho (perda)		1.595	46.975	23.488	(23.488)	(46.975)
	Efeito de ganho (perda), líquido		1.506	46.233	23.117	(23.117)	(46.233)

Hierarquia de valor justo

O CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“non performance risk”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “input” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “inputs” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “inputs” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “input” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, apresentados no balanço patrimonial consolidado e reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	31/12/2019				
	Valor contábil			Valor Justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	952	3.069	4.021	952	-
Títulos e valores mobiliários	-	32.778	32.778	-	-
Contas a receber de clientes	-	11.670	11.670	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	225.369	225.369	-	-
Créditos com partes relacionadas - consórcio	633	-	633	-	633
	1.585	272.886	274.471	952	633
Passivos					
Empréstimos bancários e debêntures	-	(2.190.551)	(2.190.551)	-	-
Fornecedores	-	(6.361)	(6.361)	-	-
Débitos com partes relacionadas	(41)	-	(41)	-	-
Financiamento de arrendamentos	-	(1.461)	(1.461)	-	-
	(41)	(2.198.373)	(2.198.414)	-	-

	31/12/2018				
	Valor contábil			Valor Justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	38.445	12.674	51.119	38.445	-
Títulos e valores mobiliários	-	121.309	121.309	-	-
Contas a receber de clientes	-	11.638	11.638	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	62.932	62.932	-	-
	38.445	208.553	246.998	38.445	-
Passivos					
Empréstimos bancários e debêntures	-	(2.149.386)	(2.149.386)	-	-
Fornecedores	-	(5.765)	(5.765)	-	-
Débitos com partes relacionadas	-	(67)	(67)	-	-
Débitos com partes relacionadas - consórcio	(608)	-	(608)	-	(608)
	(608)	(2.155.218)	(2.155.826)	-	(608)

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia e sua controlada não mantinham instrumentos financeiros não registrados contabilmente e transações de derivativos com o propósito de especulação.

(b) Gestão do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

(c) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar estes riscos, a Companhia procura fazer a alocação de suas reservas financeiras em instituições financeiras consolidadas e com perfil de baixo risco de crédito.

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas nos exercícios de 2019 e 2018 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa.

	31/12/2019	31/12/2018
Ajustes de avaliação patrimonial, reflexos	(1.379)	30.876
Alteração de participação em investida (SAAG)	(772)	1.355
Custos de transação que não afetaram o caixa	(18.309)	-
Ajuste a valor de realização de títulos e valores mobiliários	(88.159)	-
	(108.619)	32.231

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Informações da Companhia

COVID-19 – Coronavírus

Considerando que a pandemia do COVID-19 tem afetado todos os setores da economia em nível global e a recente declaração de estado de calamidade pública feita pelo Governo Federal e referendado pelo Congresso Nacional, a Companhia informa que está tomando todas as medidas ao seu alcance para garantir a continuidade de suas atividades, diminuir os impactos desta situação imprevisível mediante tratamento com seus clientes, fornecedores, credores, funcionários e demais interessados, bem como elaborando cenários dos possíveis impactos em suas operações.

Segmento Concessões

CCR S.A.

Nota Promissória – Linha 15

Em 31 de janeiro de 2020, ocorreu a liquidação total antecipada.

Redução de tarifa de pedágio - NovaDutra

Em 07 de fevereiro de 2020, foi deferido pedido de tutela liminar formulado pela controlada da CCR, suspendendo a eficácia das deliberações 1093/19 e 74/20 da ANTT, as quais determinavam a redução da tarifa básica de pedágio da concessionária a partir das 00h de 08 de fevereiro de 2020.

Financiamento - ViaSul

Em 27 de dezembro de 2019, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 1.235.198, subdividido em 4 subcréditos, com vencimento final em 15 de dezembro de 2043.

Sobre a dívida incide a taxa composta da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE (“IPCA”), Taxa de Longo Prazo (“TLP”) e o spread de 2,87% ao ano. Os juros serão pagos trimestralmente, para cada subcrédito, no seu respectivo período de carência e mensal, após a carência. O principal será pago conforme destacado na tabela a seguir, bem com as datas limites para desembolso do subcrédito.

Subcréditos	Valor	Disponibilização do subcrédito	Carência do principal	Amortização
A	R\$ 75.347	até 30/06/2023	15/07/2023	246 parcelas
B	R\$ 373.677	até 30/06/2026	15/07/2026	210 parcelas
C	R\$ 305.191	até 30/06/2029	15/07/2029	174 parcelas
D	R\$ 480.983	até 30/06/2032	15/07/2032	138 parcelas

As garantias serão divididas em três fases: (i) pré completion, (ii) completions parciais, e (iii) completion total. Em todas as fases do projeto, haverá as garantias de (a) penhor de 100% das ações da ViaSul detidas pela CPC; e (b) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia, conforme Contrato de Concessão nº 01/2019, celebrado em 11 de janeiro de 2019, entre a ViaSul e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), bem como dos direitos emergentes da concessão. As distinções ocorrerão na garantia adicional, na Fiança Corporativa CCR, que será desonerada, conforme detalhamento abaixo:

(i) Pré Completion: 100% de fiança corporativa da CCR.

(ii) Completions Parciais: Para a fiança corporativa da CCR, considerar a sua exoneração parcial, após o cumprimento cumulativo de algumas obrigações de investimentos, específicas a cada subcrédito, e obrigações financeiras, exemplificadamente o atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida “ICSD”, conformes rubricas destacadas no Contrato de Financiamento, maior ou igual à 1,30, o índice financeiro PL/AT maior ou igual a 20% e contas reservas devidamente preenchidas. A ocorrência de

completion de cada subcrédito resultará na exoneração parcial da Fiança Corporativa da CCR no tocante à dívida decorrente do subcrédito que tenha atingido o seu completion, independentemente de qualquer aditamento ao Contrato de Financiamento, sendo que a Fiança Corporativa da CCR permanecerá em relação às dívidas decorrentes dos subcréditos que ainda não tenham sido objeto de declaração de completions. As demais garantias (b) e (c) do pré-completion permanecem inalteradas.

(iii) Completion Total: a fiança da CCR será exonerada na sua totalidade, quando do cumprimento do completion parcial de cada subcrédito e cumulativamente, as seguintes condições forem atendidas: (i) 12 (doze) meses após a total utilização do crédito ou o cancelamento do saldo a liberar do Contrato; (ii) 12 (doze) meses após o fim do prazo de carência de todos os subcréditos; e (iii) demonstrações financeiras para o exercício em que o ICSD for apurado sejam auditadas que contemple os períodos dispostos em (i) e (ii).

A CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / Ebitda ajustado menor ou igual a 4,0, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à ViaSul, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,3 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Nota Promissória – Metrô Bahia

Em 17 de janeiro de 2020, ocorreu a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, cujos recursos foram utilizados para reforço de caixa. O valor da emissão foi de R\$ 58.000, com custo de CDI + 0,76% a.a. e vencimento em 16 de janeiro de 2021. A Emissão conta com aval da CCR S/A.

Leilão BR101/SC

Em 21 de fevereiro de 2020, a CCR foi a vencedora do leilão para concessão da BR101/SC, rodovia que possui mais de 220 quilômetros e cruza 14 municípios, ofertando o valor de R\$ 1,97012 para a tarifa de pedágio. O prazo de concessão será de 30 anos, a partir da data de adjudicação.

COVID-19 – Coronavírus

Diante da incerteza da evolução do Coronavírus e de suas consequências, torna-se muito difícil prever o impacto final que este terá no mercado financeiro e na economia global e, conseqüentemente, sobre as atividades do Grupo CCR, no Brasil e no exterior. Nos últimos dias, o impacto ao tráfego nas rodovias sob concessão do Grupo CCR tem sido ainda limitado, com redução dos veículos leves, possivelmente por conta do tráfego pendular impactado por medidas de home office, mas por outro lado com certo aumento nos veículos pesados, uma vez que não houve nenhuma medida ligada à restrição de mobilidade de carga.

Na divisão de mobilidade, verificou-se, na primeira quinzena de março, uma redução de demanda na ordem de 30% em relação ao movimento usual no número de passageiros transportados. A divisão de aeroportos tem sido a mais impactada. Os aeroportos de San Jose na Costa Rica, de Quito no Equador e de Curaçao tiveram suas operações significativamente reduzidas, em virtude de restrições de mobilidade impostas pelas autoridades locais dos países onde estão localizados. A BH Airport (aeroporto de Confins) e as operações aeroportuárias nos Estados Unidos também estão sendo afetadas, em virtude da redução dos voos domésticos e internacionais.

Em resposta ao possível impacto econômico advindo da evolução do COVID-19 no Brasil, a CCR está tomando medidas imediatas para preservar sua posição financeira, tais como: preservação do caixa, contenção de despesas e priorização dos investimentos. A CCR sempre adotou os mais elevados padrões de gestão financeira, e acredita que essa disciplina certamente será de muita valia para enfrentar esse momento extraordinário. O Grupo CCR segue comprometido com a segurança de seus colaboradores e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

Segmento Madeira Energia

MESA

Em 21 de janeiro de 2020 a Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração (SRG) da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 02/2020-SRG/ANEEL, favorável ao ressarcimento financeiro pelos custos incorridos com o Transformador Provisório 525/230 kV – 465 MVA (TF 13), a partir de quando o equipamento passou a desempenhar funções sistêmicas. Da análise realizada pela SRG, concluiu-se que é devido à SAE o ressarcimento financeiro no valor de R\$25.074, referido a novembro de 2019, pelos custos incorridos com o TF 13, no período de dezembro de 2012 a novembro de 2019, o qual é sugerido que seja pago na contabilização da CCEE através de Encargo de Serviço do Sistema – ESS em uma única parcela. Ademais, concluiu-se também pelo ressarcimento financeiro referente às parcelas mensais de O&M, no valor de R\$37, referido a novembro de 2019, no período de dezembro de 2019 até três eventos de contabilização da CCEE contados a partir da publicação do Ato que autoriza o ressarcimento à SAE, ou do Ato que autoriza a transferência do equipamento para empresa Eletrobrás Eletronorte, o que ocorrer primeiro. Referido processo encontra-se em fase final de aprovação pela diretoria da ANEEL, com expectativa de conclusão no primeiro trimestre de 2020.

Em 07 de fevereiro de 2020, o Ministério de Minas e Energia (“MME”), por meio do Despacho Decisório nº 01/2020/SPE, restabeleceu à SAE 38,1 MW médios da garantia física, totalizando 2.424,2 MW médios que corresponde ao valor original do projeto UHE Santo Antônio (2.386,1 MW médios-em dezembro de 2019). Referido restabelecimento é decorrente da emissão, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 04.12.2019, da retificação da Licença de Operação nº 1044/2011 – 1º Renovação – 2º Retificação, da UHE Santo Antônio, alterando a condição operativa do empreendimento.

Segmento Outros

SPE Holding Beira Rio

Conforme consta na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de fevereiro de 2020, foi aprovado um aumento de capital na SPE Holding Beira Rio S.A. no montante de R\$26.000, mediante a emissão de 26.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1(hum real) cada uma. O montante será aportado a medida da necessidade da BRIO pelos acionistas Andrade Gutierrez Participações S.A. e Fundo de Investimento em Participações Beira Rio e cada uma subscreve 13.000.000 de ações representadas no valor de R\$13.000 mil.

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Diretoria da Companhia, em 02 de abril de 2020, tomaram conhecimento e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019 e autorizaram a sua conclusão e divulgação.

DIRETORES

Renato Torres de Faria - Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
José Henrique Braga Polido Lopes - Diretor de Investimentos
Saulo Alves Pereira Júnior - Diretor de Investimentos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Coutinho de Sena – Presidente
Cláudio José de Castro Miserani
Paulo Roberto Reckziegel Guedes
Renato Torres de Faria

CONTADOR RESPONSÁVEL

Márcio Magno de Abreu
CRC MG 089.771/O-1